

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.872 - RS (2019/0201198-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(**DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE**)  
**RECORRENTE** : **ROBSON DA SILVA FERREIRA**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**  
**SUL**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**  
**SUL**

**EMENTA**

PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. PLEITO PELO AFASTAMENTO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. INOVAÇÃO NA FUNDAMENTAÇÃO PELO TRIBUNAL. **REFORMATIO IN PEJUS** NÃO CONFIGURADO. NOVA PONDERAÇÃO. POSSIBILIDADE. EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO. **PERSONALIDADE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA.** RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **ROBSON DA SILVA FERREIRA**, com fulcro na alíneas **a** e **c**, do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Depreende-se dos autos que o recorrido foi **condenado** como incurso nas sanções do artigo 155, §4º, inciso I por uma vez (8º Fato), artigo 155, §4º, inciso I e II, por duas vezes (4º e 6º Fatos), artigo 155, §4º, inciso II c/c artigo 61, inciso II, alínea **b** (5º Fato), art. 157, §1º c/c art. 14, inciso II (7º Fato), na forma do artigo 71, todos do do Código Penal, à pena de **6 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão**, em regime semiaberto, mais ao pagamento de 12 (doze) dias-multa (fls. 183-188).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** negou provimento ao apelo defensivo do ora recorrente, mas, de ofício, decretou a nulidade parcial da sentença, determinando o retorno dos autos à origem, a fim de que a magistrada individualizasse as dosimetrias das penas (fls. 571-618), o que foi cumprido pelo

sentenciante às fls. 624-625.

Mais uma vez, irresignada, apelou da decisão do juízo singular. O eg. Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso, para redimensionar apena, fixando-a em **05 (cinco) anos de reclusão**.

Nas razões do **recurso especial**, o insurgente sustenta, além da divergência jurisprudencial, violação aos artigos 617 do Código de Processo Penal e 59 do Código Penal, ao argumento de que o v. acórdão fustigado ao excluir a conduta social e agregar novos fundamentos para o fim de valoração negativa da personalidade violou os princípio da coisa julgada e da **ne reformatio in pejus**, além disso, carece de fundamentação idônea, pois baseada em condenações definitivas.

Apontou como acórdão paradigmas o REsp n. 1.547.734/PE e REsp n. 1.511.988/AC.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 805-810), o especial foi admitido na origem e os autos ascenderam a esta eg. Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo **parcial provimento do apelo** (fls. 835-837).

É o relatório.

**Decido.**

Como relatado, inicialmente, aponta a Defesa violação aos artigos 617 do Código de Processo Penal e 59 do Código Penal, ao argumento de que no v. acórdão reprochado houve o indevido **reformatio in pejus**.

O voto condutor assim se posicionou quanto à realização da **dosimetria** da pena (fls. 265-272):

*"O magistrado singular, emprestando tom desfavorável aos vetores **antecedentes, conduta social, circunstâncias e conseqüências dos delitos**, afastou as penas de partida referentes ao 4º, 5º, 6º e 8 fatos em 1 ano do piso legal, enquanto a reprimenda do 7º fato restou distanciada em 2 anos.*

*Postula a defesa a redução das reprimendas para o patamar mínimo.*

*Pois bem.*

**Com relação à operadora conduta social, valorada pelo magistrado, no ponto, o fato de o imputado não ser neófito na seara criminal, não merecia nota negativa, porque diz com o papel que o imputado representa em sociedade, se tem família, estuda, trabalha etc., não tendo sido desabonada nos autos, os registros criminais repercutindo em moduladoras específicas.**

Ainda, as **consequências**, entendo, foram ínsitas aos delitos, lembrando que o prejuízo às vítimas não foi de monta ao ponto de repercutir negativamente nesta circunstância judicial.

De toda sorte, consoante certidão de antecedentes de fls. 265/266, o réu registra 6 outros processos em andamento, pelos delitos de roubo, furto qualificado e receptação dolosa, fatos anteriores e posteriores ao presente.

Aliás, em algumas dessas ações penais, como bem ilustrado pelo Ministério Público em sede de contrarrazões, houve a prolação de sentença condenatória:

- Proc. 023/2.14.0000945-8, furto qualificado majorado, prolatada sentença em 17.04.2017 (condenação mantida pela C. Quinta Câmara Criminal deste Tribunal, transitada em julgado em 19.10.2017);

- Proc. 023/2.14.0006155-7, furto qualificado tentado, prolatada sentença em 17.04.2017 (condenação mantida pela C. Sétima Câmara Criminal deste Tribunal, transitada em julgado em 25.11.2018);

- Proc. 023/2.14.0004610-0, receptação dolosa, prolatada em 23.11.2016 (condenação mantida pela C. Quinta Câmara Criminal deste Tribunal, transitada em julgado em 24.05.2017).

Tal situação pessoal serve, perfeitamente, a indicar não só **os maus antecedentes (considerados os delitos anteriores)**, mas também a **personalidade (observado o delito posterior)**, devendo mesmo refletir nos apenamentos basilares, porquanto não se afigura correto que aquele que responde a outros processos-crimes receba o mesmo apenamento imposto àquele que ainda é neófito no mundo do crime, observando-se os princípios da proporcionalidade e da isonomia.

E a intenção do sentenciante foi essa, isto é, de fazer repercutir, de forma contundente e expressiva, nas penas de partida o histórico de crimes do indigitado.,

No ponto, consigno'que não se ignora o teor da Súmula nº 444, editada pelo E. Superior Tribunal de Justiça, com o seguinte teor: "É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base" (TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010).

Em que pese a força do dispositivo sumular, porquanto representativa de reiteradas decisões naquela Corte, não tem o efeito vinculante, propriamente dito,, no sentido de vedar decisões que a contrariem.

Vale registrar ainda que, mesmo que a moduladora **personalidade não tenha recebido nota negativa, não há empecilho que assim o entenda este Órgão Fracionário, ex wdo art. 617 do CPP, uma vez que, em**

**recurso exclusivo da defesa, está vinculado apenas ao quantum total do apenamento, e não aos argumentos e critérios lançados pela magistrada para chegar nele.**

*O que vincula é o quantitativo final da sanção imposta, e não os fundamentos utilizados para justificá-lo.*

*[...]*

*No que se refere aos 4º e 6º fatos criminosos, efetivamente de maior gravidade as **circunstâncias dos delitos**, justamente porque incidentes 2 adjetivadoras não existindo óbice a que 1 delas seja utilizada na primeira fase da dosimetria, reservando-se a remanescente para qualificar propriamente o crime.*

*Merece ser anotado que desimporta que o magistrado tenha procedido a exame diverso das circunstâncias judiciais, porque o que vincula o 2º Grau é o quantitativo punitivo e não o meio utilizado para chegar até ele.*

*Busca-se a pena justa, isto é, necessária e suficiente à prevenção e reprovação do ilícito, para a situação concreta.*

*Quanto ao 5º, 7º e 8º fatos criminosos nada há a autorizar o tísne negativo que recebeu a vetorial circunstâncias, mostrando-se estas sem notas destoantes.*

*Daí que **nada a reparar nas penas de partidas do 4º e 6º, fatos criminosos, definidas em 3 anos de reclusão, as moduladoras negativadas antecedentes, personalidade e circunstâncias, possuindo envergadura suficiente para tanto.***

*As penas-base dos 5º, 7º e 8º fatos merecem pequeno reparo, ainda que **mantido o desvalor das diretrizes antecedentes e personalidade**, devendo ser reduzidas para 2 anos e 6 meses de reclusão (5º e 8º fatos) e 5 anos de reclusão (7º fato), quantum que melhor atende aos postulados da necessidade e suficiência às finalidades de reprovação e prevenção do crime e o princípio da individualização da pena."*

Com efeito, é preciso ter presente que os Tribunais Superiores têm entendido que a atividade de fixação da reprimenda é tarefa adstrita às instâncias ordinárias, a quem compete a apreciação do conjunto probatório e, conforme as peculiaridades de cada situação concreta, estabelecer a quantidade de sanção aplicável de modo a assegurar o respeito aos princípios da proporcionalidade e da individualização da pena.

Sobre esse tema, o eg. Supremo Tribunal Federal tem entendido que *"a dosimetria da pena é questão de mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático probatório, não sendo possível às instâncias extraordinárias a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada"* (HC n. 137.769/SP, **Primeira**

**Turma**, Rel. Ministro **Roberto Barroso**, julgado em 24/10/2016, DJe de 26/10/2016).

Na mesma linha, esta Corte tem assentado o entendimento de que a dosimetria da pena é atividade inserida no âmbito da atividade discricionária do julgador, atrelada às particularidades de cada caso concreto.

Desse modo, cabe às instâncias ordinárias, a partir da apreciação das circunstâncias objetivas e subjetivas de cada crime, estabelecer a reprimenda que melhor se amolda à situação, admitindo-se revisão nesta instância apenas quando for constatada evidente desproporcionalidade entre o delito e a pena imposta, hipótese em que deverá haver reapreciação para a correção de eventual desacerto quanto ao cálculo das frações de aumento e de diminuição e a reavaliação das circunstâncias judiciais listadas no art. 59 do Código Penal.

Assim, ressalto que este Tribunal Superior considera ser possível, ainda que em sede de recurso exclusivo da defesa, a revisão dos fundamentos apresentados na dosimetria da pena, desde que não modificada a quantidade de sanção imposta em primeiro grau, sem que tal procedimento caracterize indevida **reformatio in pejus**, tendo em vista que: *"[o] efeito devolutivo da apelação autoriza o Tribunal local, quando instado a se manifestar sobre a dosimetria da pena, a realizar nova ponderação dos fatos e circunstâncias em que se deu a conduta criminosa, mesmo em se tratando de recurso exclusivamente defensivo, sem que se incorra em reformatio in pejus, contanto que não seja agravada a reprimenda imposta ou o seu regime de cumprimento"* (AgRg no HC n. 422.740/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, julgado em 04/09/2018, DJe 13/09/2018).

**Na espécie**, o eg. Tribunal de origem, atento ao efeito devolutivo da apelação, ao reconhecer parcialmente a inidoneidade da fundamentação da sentença, e substituir a motivação da exasperação por explanação diversa, não incorreu em **reformatio in pejus**, uma vez que a situação final do recorrente não foi agravada.

Sobre o tema, colaciono os seguintes precedentes desta Quinta Turma:

"HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DO ARTIGO 33 PARA O ARTIGO 28 DA LEI N. 11.343/2006. DESCLASSIFICAÇÃO DAS CONDUTAS DE POSSUIR E MANTER EM DEPÓSITO ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES PARA A MAJORANTE DO ARTIGO 40, IV, DA LEI DE DROGAS. DIVERSIDADE E NATUREZA DAS DROGAS. VALORAÇÃO OBRIGATÓRIA NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA PENAL. CÔMPUTO DO TEMPO DE SEGREGAÇÃO CAUTELAR PARA FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA DIVERSIDADE E NATUREZA DOS ENTORPECENTES POR NÃO CONSTAREM DO LAUDO DEFINITIVO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA PENAL E REGIME INICIAL. REFORMATIO IN PEJUS. INEXISTÊNCIA. QUANTIDADE DE MUNIÇÕES APREENDIDAS. MODO DE EXECUÇÃO. VALORAÇÃO DEVIDA. NATUREZA, DIVERSIDADE E QUANTIDADE DE ENTORPECENTES. FRAÇÃO DE REDUÇÃO E REGIME INICIAL. VALORAÇÃO. POSSIBILIDADE. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

*3. O efeito devolutivo pleno do recurso de apelação autoriza ao Tribunal ad quem, ainda que em recurso exclusivo da defesa, a proceder à revisão das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, bem como a alteração dos fundamentos para justificar a manutenção ou redução da pena ou do regime inicial; não havendo falar em reformatio in pejus se a situação do sentenciado não foi agravada, como na espécie, em que a reprimenda imposta ao paciente foi reduzida e mantido o modo fechado de execução.*

[...]6. Habeas Corpus não conhecido" (HC n. 358.518/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 10/2/2017).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESABONADA PELO TRIBUNAL. MANUTENÇÃO DA PENA-BASE. AUSÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS. EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

*III - O efeito devolutivo da apelação autoriza a Corte estadual, quando instada a se manifestar acerca da*

*dosimetria, regime inicial e demais questões relativas às peculiaridades do crime, a examinar as circunstâncias judiciais e rever a individualização da pena, seja para manter ou reduzir a sanção final imposta ou para abrandar o regime inicial. Neste aspecto, é possível nova ponderação das circunstâncias que conduza à reavaliação destas, mesmo se tratando de recurso exclusivo da defesa, sem que se incorra em reformatio in pejus, desde que a situação final do réu não seja agravada.*

*Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 368.323/RS, Quinta Turma, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 29/11/2016).

Assim sendo, a decisão do o.eg. Tribunal **a quo** no sentido de afastar a negatização da vetorial **conduta social** e revalorar, sob o mesmo fundamento, a circunstância judicial da **personalidade**, não impõe prejuízo qualquer a defesa.

Por outro lado, assiste razão ao recorrente quando alega a inadequação da fundamentação utilizada para exasperar o vetor **personalidade**.

Com efeito, é lamentável que tal circunstância judicial ainda conste do rol do art. 59 do CP, pois se trata, na verdade, de resquício do direito penal do autor. Dificilmente constam dos autos elementos baseados em critérios técnicos suficientes para que o julgador possa chegar a uma conclusão cientificamente sustentável.

Ademais, no presente caso, a eg. Corte de origem utilizou condenação por crime posterior para desfavorecer as circunstâncias judiciais da personalidade do agente, malferindo o enunciado n. 444 das Súmulas do STJ, que reza, **in verbis**: "*É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base*".

Dessa forma, não se deve considerar a existência de notícia acerca do envolvimento do réu em fatos criminosos pretéritos para justificar a exasperação da pena-base.

A propósito:

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO TENTADO. CONDENAÇÃO. DESAFORAMENTO PARA A CAPITAL. AUSÊNCIA DE VÍCIO. DOSIMETRIA DA PENA. ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL - CP.**

VALORAÇÃO NEGATIVA DA PERSONALIDADE COM BASE EM CONDENAÇÃO NÃO TRANSITADA EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INQUÉRITOS E AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. SÚMULA 444 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

[...]

2. Nos termos do Enunciado n. 444 da Súmula desta Corte, ***processos penais em curso, sentenças condenatórias não transitadas em julgado e indiciamento em inquéritos policiais não constituem maus antecedentes, nem podem ser utilizados para valorar negativamente a personalidade do agente.*** No caso, o decote do quantum de acréscimo da pena-base pela circunstância judicial da personalidade mostra-se necessário.

Agravo regimental parcialmente provido para, afastando a circunstância judicial da personalidade, dar parcial provimento ao recurso especial, reduzindo a pena-base em 9 meses, tornando-a em 14 anos e 3 meses de reclusão e, mantendo a diminuição de 1/3 pela tentativa, fixar a pena final em 9 anos e 6 meses de reclusão, preservados os demais termos da condenação" (AgRg no AREsp n. 466.477/PE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 19/08/2016, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I, II E V, DO CÓDIGO PENAL. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. RECONHECIMENTO DO ACUSADO. RECOMENDAÇÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERADA. PERSONALIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ILEGALIDADE EVIDENCIADA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. PARCIAL. UTILIZAÇÃO PARA EMBASAR A SENTENÇA. INCIDÊNCIA DA ATENUANTE. COMPENSAÇÃO. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE. MAJORANTES. QUANTUM DE ACRÉSCIMO. SÚMULA N.º 443 DESTA CORTE. ILEGALIDADE MANIFESTA. APLICAÇÃO DO ART. 387, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INVIABILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO.

[...]

5. A dosimetria é uma operação lógica, formalmente estruturada, de acordo com o princípio da individualização da pena. Tal procedimento envolve profundo exame das condicionantes fáticas, sendo, em regra, vedado revê-lo em sede



*de habeas corpus. Na espécie, a pena-base foi fixada acima do mínimo legal em razão da valoração negativa da personalidade do paciente. Todavia, a exasperação cifrada em feitos criminais em curso esbarra no princípio da desconsideração prévia de culpabilidade, entendimento, aliás, constante do Enunciado Sumular n.º 444 desta Casa de Justiça. De rigor, a fixação da pena-base no mínimo legal.*

*[...]*

*10. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de reduzir a pena do paciente para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, mais 13 (treze) dias-multa, mantidos os demais termos da condenação" (HC n. 346.058/SP, Sexta Turma, Relª. Minª. Maria Thereza de Assis moura, DJe de 30/06/2016, grifie).*

Assim, não havendo dados suficientes para a aferição da personalidade do recorrente, mostra-se incorreta sua valoração negativa a fim de supedanear o aumento da pena-base.

Em reforço:

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO DE MOTOCICLETA. LIGAÇÃO DIRETA EFETUADA NO VEÍCULO. DANO NO PAINEL E NO SISTEMA DE IGNIÇÃO. QUALIFICADORA DE ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. NÃO-OCORRÊNCIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. EXACERBAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA QUANTO À PERSONALIDADE DO AGENTE E ÀS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. DOSIMETRIA REFEITA. PENA-BASE REDUZIDA.*

*[...]*

*II. O julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados todos os critérios estabelecidos no art. 59 do Código Penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime, além das próprias elementares comuns ao tipo.*

*III. As consequências do crime só podem ser negativamente valoradas quando extrapolados os efeitos da conduta do resultado previsto no tipo penal.*

*IV. A personalidade negativamente considerada impõe existência de elementos concretos para sua efetiva valoração.*

*Agravo regimental desprovido*" (AgRg no AREsp n. 230.117/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 3/3/2015, grifei).

Dessa feita, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em desconformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula n. 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Assim, **decoto o vetor da personalidade**, na dosimetria da pena-base, porquanto as fundamentações são inadequadas e não trazem elementos concretos que justifiquem o incremento realizado.

À vista do exposto, faz-se necessário, portanto, refazer a dosimetria das penas do recorrente.

**Fato 04:** Na primeira fase, decotada a **circunstâncias judicial da personalidade**, restam valorados negativamente os maus antecedentes e as circunstâncias do delito, assim, a pena-base resta fixada em **02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão**. Na segunda fase, incide a atenuante da menoridade, sendo diminuída a pena em 04 (quatro) meses (fl. 770), restando fixada em **02 (dois) ano e 04 (quatro) meses de reclusão**. Na terceira fase, ausente causa de aumento ou diminuição.

**Fato 06:** Na primeira fase, decotada a **circunstâncias judicial da personalidade**, restam valorados negativamente os maus antecedentes e as circunstâncias do delito, assim, a pena-base resta fixada em **02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão**. Na segunda fase, incide a atenuante da menoridade, sendo diminuída a pena em 04 (quatro) meses (fl. 770), restando fixada em **02 (dois) ano e 04 (quatro) meses de reclusão**. Na terceira fase, ausente causa de aumento ou diminuição.

**Fato 05:** Na primeira fase, decotada a **circunstâncias judicial da personalidade**, resta valorado negativamente os maus antecedentes, assim, a pena-base resta fixada em **02 (dois) anos e 03 (três) meses**. Na segunda fase,

incide a atenuante da menoridade, sendo diminuída a pena em 04 (quatro) meses (fl. 770), contudo, fixo-a no mínimo legal, nos termos da Súmula 231/STJ. Na terceira fase, ausente causa de aumento ou diminuição.

**Fato 08:** Na primeira fase, decotada a **circunstâncias judicial da personalidade**, resta valorado negativamente os maus antecedentes, assim, a pena-base resta fixada em **02 (dois) anos e 03 (três) meses**. Na segunda fase, incide a atenuante da menoridade, sendo diminuída a pena em 04 (quatro) meses (fl. 770), contudo, fixo-a no mínimo legal, nos termos da Súmula 231/STJ. Na terceira fase, ausente causa de aumento ou diminuição.

**Fato 07:** Na primeira fase, decotada a **circunstâncias judicial da personalidade**, resta valorado negativamente os maus antecedentes, assim, a pena-base resta fixada em **04 (quatro) anos e 06 (seis) meses**, acrescida de 11 (onze) dias-multa. Na segunda fase, incide a atenuante da menoridade, sendo diminuída a pena em 06 (seis) meses (fl. 770), assim, resta fixada em 04 (quatro) anos, acrescida de 10 (dez) dias-multa. Na terceira fase, presente a causa de diminuição da tentativa, a qual foi fixada em 1/3 (fl. 770), restando a pena definida em 02 (dois) anos e 08 (oito) meses, além disso, aplicada a causa de aumento de 2/3 referente ao **crime continuado**, o que conduz a pena final de **04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 10 (dez) dias**, acrescida de 12 (doze) dias-multa (f. 772), em regime semiaberto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, incisos II e III, do Regimento Interno do STJ, **dou parcial provimento ao recurso especial**, para, nos termos da fundamentação, redimensionar a pena.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 21 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator